

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 60
Julho – 2005

S U M Á R I O

- 2** | *O Ressurgimento da Influência Político-Cultural Chinesa – O Interesse para o Brasil*
- Paulo Antônio Pereira Pinto
- 6** | *As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica: da República Velha à redemocratização*
- Paulo Roberto de Almeida
- 9** | *Política externa e democracia*
- Marcelo Fernandes de Oliveira
- 11** | *O sistema de segurança das Nações Unidas e a necessidade proeminente de reforma do Conselho de Segurança*
- Carlos Ribeiro Santana
- 13** | *As Conseqüências do Déficit Democrático no Mercosul*
- Rodrigo Alves Correia
- 15** | *Uma prova à capacidade negociadora brasileira: o caso dos têxteis chineses*
- Rodrigo Cintra & Mariana Ricci
- RESENHA**
- 17** | *Idéias que mudaram o mundo*
- Paulo Roberto de Almeida

O Ressurgimento da Influência Político-Cultural Chinesa – O Interesse para o Brasil

Paulo Antônio Pereira Pinto*

A China é motivo de notícias diárias. Parece haver a expectativa de que se trata de potência emergente, destinada a projetar sua sombra por todas as partes do mundo. Informa-se, então, sobre diplomacia chinesa de visibilidade com a União Européia, acordos comerciais com a América Latina, compra de petróleo a países africanos e aquisições de mega empresas nos Estados Unidos. Os chineses estão na ofensiva, aparentando querer impor seu “milagre econômico” ao resto do planeta, já na próxima década.

A leitura deste amplo noticiário deixa a impressão de que não há dúvida quanto a um futuro brilhante para a China, que, em breve competiria tanto econômica, quanto militarmente com os EUA.

Esta crescente inserção internacional chinesa oferece desafios e oportunidades para vários países, inclusive o Brasil. Cabe, portanto, identificar tendências e atores deste novo cenário, em busca do fortalecimento da interlocução com esta “grande China emergente”.

Nesta coluna e seguintes, pretende-se efetuar exercício de reflexão quanto a linhas gerais de um projeto chinês de nação, para o milênio que se inicia. Nesse esforço, examina-se o ressurgimento da

influência político-cultural que a recente modernização chinesa vem exercendo no Sudeste Asiático, onde vivem grandes comunidades de “overseas Chinese”. Serão feitas, também, considerações sobre o impacto do recente progresso da RPC na Ásia-Pacífico. Pretende-se examinar, apenas, os aspectos qualitativos dessas relações intra-asiáticas, com ênfase na dimensão cultural.

Não será parte do escopo das exposições, portanto, a análise, em detalhes, das profundas alterações quantitativas que o processo de modernização da RPC vem produzindo na economia dos países da Ásia-Pacífico. Deixa-se, assim, de fornecer dados numéricos, facilmente disponíveis, ademais, em inúmeras fontes estatísticas. Não serão tratadas, tampouco, as vertentes das relações chinesas com a Rússia, o Japão, a Península Coreana, as Ásias Central e Subocidental e o Subcontinente Indiano.

É necessário ressaltar, também, que, quando se fala em influência político-cultural chinesa, tem-se em conta os efeitos dessa herança histórica na ação da “sociedade civil”, como facilitador do processo atual de cooperação entre a China e o Sudeste Asiático. Não estão sendo consideradas iniciativas de “política de Estado”.

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan (papinto@ms23.hinet.net). As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

¹ A Associação das Nações do Sudeste Asiático, em sua sigla inglesa ASEAN inclui Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myamar, Tailândia e Vietnam.

² A APEC (Foro para a Cooperação Econômica na Ásia-Pacífico) é a associação regional de maior evidência no momento. Fundada em novembro de 1989, na Austrália, foi apresentada por seus patrocinadores como um processo em direção a um consenso na Bacia do Pacífico, com vistas à edificação de política econômica que assegurasse o crescimento sustentado da região. Na prática, reflete objetivos dos EUA no sentido de manter a economia da área vinculada à norte-americana – uma espécie de versão prévia da Iniciativa das Américas que, em 1994, propôs termos semelhantes ao continente americano.

Pretende-se, a propósito, em colunas seguintes, dissertar sobre como o processo atual de negociação entre Pequim e Taipé pode oferecer aprendizado para gestões de caráter político e econômico com a “Grande China”, ora dividida pelo estreito de Taiwan.

O Sonho Chinês

A premissa básica deste exercício de reflexão é a de que existiria, no início do século XXI, condições para a materialização de um “sonho” chinês de unidade, independência e prosperidade. Esse projeto nacional estava claramente presente na afirmação de Mao Zedong, quando, em 1949, anunciou que “o povo chinês levantou-se” – referindo-se, portanto, a um projeto de nação mais abrangente do que uma proposta de inserção da República Popular, que se instalava na China, em cenário internacional, permeado por referenciais de valores estrangeiros à civilização chinesa. Tratava-se de uma afirmação cultural, seguida por exortação para que se “sacudisse o mundo”, após os últimos cem anos de dominação estrangeira.

Verifica-se, a propósito, que a vitória de Mao deveu-se, primordialmente, ao apoio da população rural, que imprimiu visão impregnada de seus próprios valores às metas de governo da República Popular, que iniciava sua existência. Como resultado, a base de sustentação do Partido Comunista Chinês sempre foi muito mais ampla do que a expressa nos partidos comunistas na Europa Oriental, incluindo a ex-União Soviética.

A partir de 1978, quando teve início o projeto de modernização chinês, o Partido Comunista começou a proporcionar melhoria dos níveis de vida na China, em oposição à estagnação econômica vigente no antigo bloco liderado pela URSS.

Registra-se, a propósito, que noções como a de “economia socialista de mercado”, apresentadas como objetivo do processo de reformas da China, iniciado na década de 1970, representa tentativa de obter-se equilíbrio entre valores de igualdade – socialistas – e de eficiência – mercado. Nessa

perspectiva, almejar-se-ia permitir que as pessoas enriqueçam, tendo sempre em vista a prosperidade comum como uma meta socialista a ser atingida, bem como tomando precauções no sentido de evitar hiato crescente entre setores sociais distintos.

Até meados do século XIX, quando se iniciou a interferência européia no Extremo-Oriente, a China desempenhou papel político dominante, bem como foi o centro radiante de civilização no Sudeste Asiático, em virtude de seu desenvolvimento cultural e sofisticada capacidade de governança. Por isso, os vizinhos ao Sul eram atraídos em diferentes graus à esfera de influência chinesa, em busca de fonte de inspiração e legitimidade política. O Império chinês reciprocava, atribuindo àquelas nações vínculos especiais.

A maioria dos países do Sudeste Asiático compartilha, portanto, de passado que os inseriu, em maior ou menor escala, em esfera de influência político-cultural chinesa. Hoje, esta herança poderá contribuir para traçar o perfil de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, que viria a incluir a China e países situados ao Sul de suas fronteiras. Esse processo de cooperação vem sendo marcado pelo ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que se tornam fatores de agregação e mesmo de progresso na área, resultando em agenda própria de preocupações.

Entre esses valores, são identificados: a disciplina social; a ênfase na participação comunitária; a importância do relacionamento pessoal; o caráter prioritário da educação; a expectativa de liderança governamental; a aversão ao individualismo; a perspectiva de longo prazo; a propensão a evitar conflitos legais; a preocupação constante com a harmonia; a unidade familiar; e o sentido do dever.

Nessa perspectiva, cabe assinalar que, quando se fala em tais referenciais, lembra-se que idéias relativas à harmonia e preponderância do social sobre o individual, apesar de utópicas, sempre estiveram presentes na filosofia chinesa, através dos séculos, como um ideário de sociedades essencialmente agrárias.

Exageros e Fantasias

Cabe prever, no entanto, quanto ao grande fascínio que o processo de modernização chinês desperta entre observadores ocidentais. Verifica-se que exageros e parâmetros de comparação fantasiosos chegam a ser criados para explicar as transformações em curso.

Lembra-se, a propósito, que a crença de que estaria em curso um “Milagre Econômico Asiático”, na década de 1980 e meados da seguinte, proporcionava a sensação de existência de oportunidades de investimentos e crescimento ilimitadas no Sudeste do continente.

A regionalização da produção, acreditava-se, então, evoluía, na medida em que a interação de novas tendências, como a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentemente sofisticados, proporcionaram o surgimento dos chamados “tigres” ou “novas economias industrializadas”. Os efeitos de tais reajustes seriam evidentes no aparecimento de formas de relacionamento inovadoras, que incluiriam diferentes tipos de parcerias entre Japão, novas economias industrializadas no Sudeste Asiático e partes da China.

A emergência de certos países e agrupamentos regionais, sempre de acordo com esta linha de raciocínio, não se deveria a experiências isoladas, mas a fenômeno integrado, que projetaria sobre a área, como um todo, os benefícios da acumulação de capital e da experiência modernizadora resultante da aplicação prática de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Seguiu-se, no entanto, crise financeira regional, iniciada com o colapso do “baht” – moeda da Tailândia, um dos “tigres” em formação – a partir de 1997. Desde então, ganharam maior importância comentários e análises sobre os efeitos da corrupção, incêndios florestais, tráfico de drogas e mulheres, pirataria, SARS e mais recentemente o Tsunami, entre outros males que estariam assolando aqueles países asiáticos. Não existiria mais o paradigma tão claro que,

na forma descrita acima, permitiria aferir com segurança uma análise tão favorável da área em questão.

Passou-se a reconhecer, na região, dinâmica própria com o fortalecimento da cidadania e agenda de preocupações dispersa, agora não mais ordenada pela hegemonia de questões econômicas equacionadas a partir de modelos e raciocínios ditados de fora do continente asiático. Cada questão surgida, nesse contexto, obedeceria a uma lógica autônoma e poderia envolver atores e organismos, que não trabalhariam necessariamente em obediência à razão de Estado.

A estabilidade e o progresso na Ásia-Pacífico passaram a ser entendidos, por certos setores de opinião, como dependentes cada vez mais, de processos de cooperação que garantam a negociação entre suas diferentes culturas. Nesse contexto, despertaram crescente interesse os vínculos históricos entre a China e o Sudeste Asiático.

Isto porque a maioria dos países do Sudeste Asiático compartilha de passado que os inseriu, em maior ou menor escala, em esfera de influência de duas grandes civilizações: a chinesa e a indiana, que interagiram, através dos séculos, com culturas locais. O Budismo, o Islã, o Hinduísmo e o Confucionismo deixaram, assim, marcas profundas que continuam a diferenciar ou aproximar pessoas.

A este mosaico de heranças culturais seculares, somou-se, mais recentemente, o colonialismo europeu que impôs, pela força, novos valores e normas de organização e comportamento. A partir do término da Segunda Grande Guerra, os Estados recém-independentes da região foram divididos, pela rivalidade ideológica das superpotências, entre os que serviriam como a vitrine da economia de mercado e os que seguiriam o sistema de planejamento centralmente planejado.

Com a multipolaridade mundial resultante do término da Guerra Fria, ocorreu o recuo das esferas de domínio de Washington e Moscou. Como consequência, no Sudeste Asiático, torna-se possível o ressurgimento de influências político-culturais

antigas, como a chinesa. Hoje, quando se discutem os efeitos da presença avassaladora da cultura de massa, resultante da globalização, os países da área buscam, em sua própria região, marcos de referência que permitam afirmar valores, idéias e crenças, consolidadas através de uma história compartilhada numa geografia determinada.

No Sudeste Asiático, nessa perspectiva, passou-se a verificar que se encontra em gestação um novo conjunto de mudanças que não afetam apenas a economia, através da reorganização freqüente de suas vantagens competitivas, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da sociedade. Tudo isso ocorre, no entanto, com a preservação de valores culturais que, passando de geração a geração, garantem uma base de sustentação do modelo que se consolida.

Tal panorama leva alguns estudiosos a contribuir para a tese de que existe uma base cultural para avaliar o fenômeno do dinamismo dos países objeto deste estudo. Isto porque, apesar de sua diversidade, em termos de extensão geográfica, população, estágio

de desenvolvimento, sistema político e experiência colonial, alguns países do Sudeste Asiático possuem, em comum, conjunto de valores herdados de período de influência cultural chinesa.

Esta coluna preocupa-se, conforme já foi dito, não com os aspectos econômicos do processo de integração regional na Ásia-Pacífico, mas, sim, com o novo perfil político-cultural das formas de cooperação na área objeto de estudo. Nesta perspectiva, verifica-se que, não apenas pela remoção de barreiras tarifárias na fronteira são formados agrupamentos regionais. Trata-se, principalmente, de movimentos que tendem à cooperação entre sociedades, com a harmonização de regras como base de reorganização produtiva e, eventualmente, social.

Os textos a serem apresentados a seguir tratarão do projeto chinês para o novo milênio, da agenda própria de preocupações da Ásia-Pacífico, da importância para o Brasil e dos apredizados oferecidos pelo processo de negociação através do estreito de Taiwan, entre Pequim e Taipé, para gestões de caráter político e econômico com a “Grande China”.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica: da República Velha à redemocratização

Paulo Roberto de Almeida*

As relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos no século XX passaram por diferentes situações, da aproximação à indiferença, da desconfiança à aliança militar, da cooperação à competição, nas diversas fases de desenvolvimento de um relacionamento que remonta ao período anterior à independência do Brasil. Os Estados Unidos – como primeira potência hemisférica em todo o período, e principal potência planetária desde o final da Segunda Guerra Mundial – estiveram presentes em todos os lances importantes da diplomacia brasileira no século XX, assim como ocuparam grande parte da interface externa do Brasil no campo econômico, científico, cultural e tecnológico no último meio século. As relações foram (ainda são) marcadas por uma evidente assimetria nos planos econômico, tecnológico e militar, ainda que o Brasil tenha buscado introduzir, no plano diplomático, maior equilíbrio político, com base na reciprocidade e na igualdade de tratamento.

A República brasileira introduziu princípios alternativos de política externa, como o pan-americanismo, área na qual o Império tinha mantido relativo isolamento das repúblicas do hemisfério. Nos episódios iniciais de afirmação da República, o relacionamento começa sob bons auspícios: por ocasião das intervenções estrangeiras durante a revolta da Armada, os EUA vêm em auxílio do novo regime, contra as inclinações monarquistas de algumas potências europeias. Os desníveis de desenvolvimento entre os dois países já eram evidentes entre o final do século XIX – quando se assistiu a uma primeira tentativa de integração comercial hemisférica

patrocinada pelos EUA – e o início do século XX. A partir de 1902, o barão do Rio Branco, armado de uma concepção diplomática baseada no equilíbrio de poderes (competição com a Argentina pela hegemonia regional), opera uma política de aproximação com os EUA. O Presidente Theodore Roosevelt proclama, logo em seguida, o seu corolário à doutrina Monroe, com o objetivo de justificar o papel de polícia que os EUA pretendiam impor, mediante intervenções armadas, a seu entorno geográfico imediato (Caribe e América Central).

Nos próximos anos e décadas, o Brasil e a Argentina passam a competir entre si para estabelecer com os EUA uma “relação especial” que sempre se revelou ilusória, esperando igualmente corresponder, na América do Sul, a um “padrão de civilização” que os EUA e as potências europeias pretendiam ostentar com exclusividade. Pelo resto da República velha, as relações bilaterais serão distantes, operando-se, contudo, a gradual substituição de hegemonias na esfera financeira e dos investimentos, a partir do momento em que os EUA se convertem em exportadores de capitais, inclusive para o Brasil, que passa do domínio da libra ao do dólar.

A República dos “bacharéis” busca inserir o Brasil no “concerto das nações”, mediante o envolvimento na Guerra e na ulterior experiência da Liga das Nações, motivo de uma das grandes frustrações na história da diplomacia brasileira. Os EUA, que tinham patrocinado o surgimento da Liga, mantêm-se fora dela, tendo o Brasil abandonado o órgão em 1926. Tanto por parte das grandes potências europeias, como no caso dos EUA, o Brasil se vê

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor (pralmeida@mac.com).

confrontado a posturas externas que vão do desprezo e da soberbia ao que mais tarde se chamaria de *benign neglect*. O período de Roosevelt – que coincide com a era Vargas – modificará a postura isolacionista de seus predecessores, buscando uma nova relação com os vizinhos da América Latina, mas ele também coincide com a crise econômica, o fechamento dos mercados e a ruptura dos equilíbrios internacionais. Os EUA emergem como a potência militar incontestável do pós-Segunda Guerra e o Brasil fará as apostas corretas ao se aliar aos esforços de guerra e consolidar seu alinhamento ideológico desde o início da Guerra Fria.

O Brasil participa, desde a conferência de Bretton Woods (1944), da construção da nova ordem econômica mundial dominada pelos princípios do liberalismo de tipo americano. A opção americana da era da bipolaridade não impede a emergência de uma diplomacia do desenvolvimento no Brasil. Não obstante a doutrina da segurança nacional, o pan-americanismo justifica os esforços da diplomacia para a exploração da carta da cooperação com a principal potência hemisférica e ocidental. É nesse quadro de barganhas políticas e de interesse econômico bem direcionado que o Brasil empreenderá sua primeira iniciativa multilateral regional, a Operação Pan-Americana, proposta pelo Governo Kubitschek em 1958 e da qual resultará o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais adiante, a Aliança para o Progresso.

A prática da política externa independente, nos conturbados anos Jânio Quadros-João Goulart, representa uma espécie de parênteses inovador num *continuum* diplomático dominado pelo conflito Leste-Oeste. O impacto da revolução cubana e o processo de descolonização tinham trazido o neutralismo e o não-alinhamento ao primeiro plano do cenário internacional, ao lado da competição cada vez mais acirrada entre as duas superpotências pela preeminência tecnológica e pela influência política junto às jovens nações independentes. Não surpreende, assim, que a diplomacia brasileira comece a repensar seus fundamentos e a revisar suas linhas

de atuação, em especial no que se refere ao tradicional apoio emprestado ao colonialismo português na África e a recusa do relacionamento econômico-comercial com os países socialistas. A aliança preferencial com os Estados Unidos é pensada mais em termos de vantagens econômicas a serem negociadas do que em função do xadrez geopolítico da Guerra Fria.

A situação de relativa ambigüidade nas relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos muda em 1964, quando se opera uma volta ao alinhamento político. Entretanto, o reenquadramento do Brasil no “conflito ideológico global” representa mais uma espécie de “pedágio” a pagar pelo apoio dado pelos Estados Unidos no momento do golpe militar contra o regime populista do que propriamente uma operação de reconversão ideológica da diplomacia brasileira. Em todo caso, observa-se um curto período de alinhamento diplomático, durante o qual o Brasil adere estritamente aos cânones oficiais do pan-americanismo, tal como definidos em Washington. Ocorre, numa seqüência de poucos meses, a ruptura de relações diplomáticas com Cuba e com a maior parte dos países socialistas, assim como a participação na força de intervenção por ocasião da crise da República Dominicana. A política multilateral, de modo geral, passa por uma “reversão de expectativas”, para frustração da nova geração de diplomatas que tinha sido educada nos anos da política externa independente.

No plano econômico, a volta à ortodoxia na gestão da política econômica permite um tratamento mais benigno da questão da dívida externa, seja no plano bilateral, seja nos foros multilaterais do Clube de Paris ou nas instituições financeiras internacionais, como o FMI. É sintomático que a única assembléia conjunta das organizações de Bretton Woods a realizar-se no Brasil, tenha tido por cenário o Rio de Janeiro da primeira era militar, em 1967, quando se negocia a instituição de uma nova liquidez para o sistema financeiro internacional, o Direito Especial de Saque do FMI.

Tem início, a partir de 1967, uma fase de “revisão ideológica” e de busca de autonomia tecnológica. A

atitude “contemplativa” em relação aos EUA cede lugar a uma diplomacia profissionalizada, preocupada com a adaptação dos instrumentos de ação a um mundo em mutação, e instrumentalizada para o atingimento dos objetivos nacionais de crescimento econômico. Praticou-se uma “diplomacia do desenvolvimento”, consubstanciada na busca da autonomia tecnológica, inclusive nuclear, com a afirmação marcada da ação do Estado no plano interno e externo, mesmo à custa de conflitos com os EUA (denúncia, em 1977, do acordo militar de 1952, por motivo de interferência nos “assuntos internos” do País, de fato na questão dos direitos humanos).

Observa-se no período a confirmação da fragilidade econômica do País, ao não terem sido eliminados os constrangimentos de balança de pagamentos que marcaram historicamente o processo de desenvolvimento brasileiro. No seguimento das crises do petróleo, em 1973 e 1979, e da dívida externa, em 1982, o Brasil e os EUA aprofundam seus desacordos políticos, tendo em vista a postura da diplomacia brasileira percebida como excessivamente “terceiro-mundista” pelos EUA (intensificação das relações comerciais com países árabes considerados radicais como Líbia e Iraque, voto “anti-sionista” na ONU, coordenação com outros devedores para um tratamento político da questão da dívida etc.), ademais da busca continuada de autonomia tecnológica, sobretudo na área nuclear e missilística.

Os elementos mais significativos da postura internacional do Brasil na fase da redemocratização são caracterizados pelos processos de autonomia internacional e afirmação da vocação regional, com o início da integração sub-regional no Mercosul e de

construção de um espaço econômico na América do Sul. Faz-se também, nos anos 1990, a opção por uma maior inserção internacional e a aceitação consciente da interdependência – em contraste com a experiência anterior de busca da autonomia nacional –, com a continuidade da abertura econômica e da liberalização comercial, no quadro de processos de reconversão produtiva e de adaptação aos desafios da globalização. A “carta americana” ainda é importante, mas já não é essencial nesse período e a diplomacia passa a apresentar múltiplas facetas, que não exclusivamente a de tipo bilateral tradicional: são elas a regional, a multilateral (principalmente no âmbito da OMC) e a presidencial.

Paulo Roberto de Almeida

Sociólogo, diplomata.

pralmeida@mac.com www.pralmeida.org

Nota: O presente texto apresenta argumentos e opiniões pessoais do autor e não tem qualquer pretensão de refletir ou representar posições oficiais do Governo brasileiro, nem expressar ou defender políticas ou declarações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no que se refere às relações bilaterais com os Estados Unidos.



Política externa e democracia

Marcelo Fernandes de Oliveira*

Uma realidade característica da nossa época é o aumento sem precedentes da interação entre políticas domésticas e contexto internacional que tende a possibilitar, cada vez mais, o desenvolvimento de um processo *sui generis*, pelo qual, diversas questões internacionais tendem a distribuir custos internos que conduzem à mobilização dos atores domésticos, geralmente daqueles negativamente afetados, deslocando assim para a esfera pública a discussão da política internacional que até então era considerada como prerrogativa exclusiva do poder executivo por meio da sua burocracia especializada.

Na verdade, a formulação da política externa passou a sofrer permanentemente interpenetrações de outras esferas alocadas tanto no âmbito do Estado, como, por exemplo, o poder legislativo, como fora dele. O que torna sua eficácia estratégica dependente da capacidade de se estabelecer canais de comunicação entre seus formuladores e os atores que deverão usufruir delas. Ou seja, urge a necessidade da existência de uma interligação virtuosa entre os *policymakers* no âmbito das estruturas estatais, o poder legislativo e os atores da sociedade civil em busca da maximização de possíveis oportunidades para satisfazer as necessidades do país tanto num contexto democrático quanto no mercado simultaneamente globalizado e regionalizado.

Contudo, nessa nova realidade interativa está contido riscos bem como um grande paradoxo. Pois, pode, por um lado, proporcionar aos *policymakers* os subsídios necessários ao mapeamento e à identificação dos genuínos interesses nacionais que devem representar na comunidade internacional, e, a partir daí, adequar as estratégias de política externa do país transformando nossas necessidades internas em possibilidades externas, como afirma Celso Lafer. Ou, simultaneamente, em

um contexto de insulamento burocrático pode, por outro lado, tornar os *policymakers* brasileiros vulneráveis as contingências conjunturais bem como às injunções de grupos econômicos e sociais que possuem a capacidade de fazer valer seus interesses setoriais acima dos genuínos interesses nacionais do país.

Logo, a concentração de poder na burocracia especializada considerada como fundamental para uma boa condução da política externa no passado pode ou contribuir para a apropriação do Estado pelos grupos de interesses mais poderosos ou para tornar a sociedade refém do “ditador benevolente” que, supostamente, conhece e, por isso, tem a capacidade de representar os verdadeiros interesses nacionais na sociedade internacional contemporânea.

Posta assim, parece que a questão de fundo a ser equacionada é a seguinte: qual o melhor contexto para elaboração da política externa, em particular, a brasileira? O democrático? Ou o insulamento burocrático clássico?

Na nossa opinião nem um nem outro contexto em suas formas puras. Mas sim, um modelo a ser construído que estabeleça novos padrões de relacionamentos entre os poderes do Estado e suas estruturas burocráticas, aumentando o papel de vigilância do poder legislativo em assuntos internacionais bem como pela criação de instituições domésticas democráticas, tais como fóruns de debates com participação aberta aos atores nacionais interessados nesse tema, visando a busca de um ponto de equilíbrio que possibilite que haja interação virtuosa entre *policymakers*, legisladores e grupos de interesses imprimindo elevado grau de transparência no processo de formulação global da política externa do país sem romper a prerrogativa do poder executivo na condução das relações internacionais do Estado.

* Doutorando em Ciência Política pela USP e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC e do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais – IEEI (marfern@terra.com.br)

O que poderia conduzir a uma realidade pela qual o poder executivo em um contexto democrático antes de formular e implementar sua política externa teria que buscar respaldo na sociedade civil e no Parlamento para o seu sucesso, como ocorre com qualquer outra política pública nacional. Este padrão parece ser obedecido nos Estados Unidos onde o Parlamento tem a prerrogativa de permitir ou não que o Executivo estabeleça acordos internacionais através do atualmente denominado TPA. E a sociedade civil possui no USTR um canal institucional de encaminhamento das suas demandas.

Ambas possibilidades ainda ausentes ou, na melhor das hipóteses, sendo posta em prática na formulação e implementação da política externa brasileira, porém de maneira paulatina e controlada pelo Ministério das Relações Exteriores. Na atualidade, as questões internacionais brasileiras continuam a mercê da burocracia do poder Executivo, muito bem preparada, entretanto, vulnerável, como vimos, a todo tipo de pressão de grupos de interesses com acesso aos corredores do Palácio do Planalto onde a existência de freios e contrapesos é praticamente ausente. Isso indica a necessidade da elaboração de mecanismos e instrumentos institucionais por parte do poder Legislativo que tenha como função retomar seu papel de freios e contrapesos ao Executivo, aperfeiçoando

o presidencialismo brasileiro, assim como também servir de fonte geradora de credibilidade internacional para o país.

Na nossa opinião a aprovação no Brasil do projeto de lei 189/2003 de autoria do senador Eduardo Suplicy/PT/SP que objetiva a criação de instrumentos e mecanismos institucionais similares ao da TPA nos Estados Unidos é bem vinda e será fundamental para a participação do Brasil nas negociações comerciais internacionais que já estão em andamento. Porque, simultaneamente, tanto proporciona ao Parlamento cumprir sua função em matéria de política externa exercendo o papel de *checks and balances* aprimorando o presidencialismo brasileiro e tornado-o junto com suas burocracias mais representativo e responsivo na formulação da política externa, o que de certo modo já ocorre em outras políticas públicas, quanto funcionará de fonte legitimadora do negociador brasileiro *vis-à-vis* seus parceiros internacionais ao demonstrar que as decisões e os interesses em jogo durante os acordos emergem à luz do dia, longe do jogo intra-burocrático que gera instabilidade institucional, em um contexto informacional de plena transparência caracterizado pela estabilidade doméstica geradora de credibilidade internacional ao garantir segurança ao mundo de que o que vier a ser acordo será rigorosamente cumprido pelo país.

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

O sistema de segurança das Nações Unidas e a necessidade proeminente de reforma do Conselho de Segurança

Carlos Ribeiro Santana*

O fracasso da Liga das Nações em conter os conflitos durante os vinte anos que sucederam à Primeira Guerra e aos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial levaram os líderes das grandes nações a repensar os rumos das relações internacionais e a propor uma instituição sólida, capaz de manter a paz e a segurança internacionais. A malfadada experiência da Liga das Nações e o nível traumático de destruição e violência produzido pela Segunda Guerra Mundial foram determinantes para que, no encontro de Dumbarton Oaks, fosse elaborado sistema internacional mais eficiente no desestímulo e no combate a atos de agressão. O tema da segurança coletiva dominou os debates entre os chefes das delegações dos EUA, Reino Unido e URSS, que negociaram o texto básico e mostraram-no, em seguida, aos chineses. O texto transformar-se-ia no projeto da Carta da ONU, examinado pelos participantes da Conferência de São Francisco, em abril de 1945. Nesse encontro, cinquenta e um países, reunidos em São Francisco, aprovaram a Carta das Nações Unidas, a qual continha as bases e os princípios da nova organização internacional. O documento norteou as relações internacionais durante a Guerra Fria e buscou conciliar, com certo êxito, princípios como o da soberania com a construção de uma ordem jurídica internacional.

Órgão de maior poder decisório das Nações Unidas, o Conselho de Segurança é o responsável primário pela manutenção da paz e da segurança internacionais, sendo sua existência vital tanto para a Organização quanto para o mundo. É constituído por quinze membros, sendo cinco permanentes –

Estados Unidos, Inglaterra, China, Rússia e França – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembléia por um período de dois anos. Ao Conselho é atribuída a responsabilidade de manutenção da paz, sendo função precípua deste órgão definir e executar sanções econômicas e militares contra Estados, em casos de ameaça contra a paz, ruptura da paz ou ato de agressão. A atual composição do Conselho foi definida em 1965, quando houve aumento de seus quadros, passando de onze para quinze membros. Segundo a prática das Nações Unidas, dos dez assentos rotativos dois cabem ao Grupo da América Latina e Caribe; três ao Grupo Africano; dois ao Grupo Asiático; dois ao Grupo da Europa Ocidental e outros; e um ao Grupo do Leste Europeu.

De acordo com o embaixador Patriota¹, que analisa a atuação do Conselho de Segurança após a Guerra Fria, com o fim desta, intensificou-se processo experimental, não sistemático, e pouco transparente de articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. A partir desse período, o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas foi invocado em número de vezes superior àquele dos quarenta e cinco anos anteriores, em um processo de experimentação virtualmente contínuo, que ensejou reinterpretações da Carta, tanto no que se refere aos objetivos de segurança coletiva como no tocante aos meios para garanti-la. Com relação à segurança coletiva, tem-se o problema do alargamento do campo de aplicação do Capítulo VII para incluir situações de emergência humanitária e violações maciças de direitos humanos ou para o combate ao terrorismo, à subversão da ordem

* Diplomata, mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (carlosribeirosantana@gmail.com). O presente artigo reflete apenas as opiniões pessoais do autor e não busca representar as posições oficiais do governo brasileiro.
¹ PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletiva*. Brasília: FUNAG/IRBR/CEE, 1998.

democrática e à proliferação de armas de destruição em massa. Em relação aos meios, podem ser agrupadas as diferentes modalidades de “enforcement” que vêm sendo praticadas, como as de atribuição de mandatos coercitivos a operações de paz ou do emprego de forças multinacionais ou alianças militares defensivas para a imposição de decisões do Conselho de Segurança. O sentimento de que se estão redefinindo, no Conselho de Segurança, os fins e os meios para a aplicação da segurança coletiva explica, em boa medida, porque se acirrou a disputa entre os Estados membros para participar de seus trabalhos.

Nesse novo contexto, os países em desenvolvimento, por verem com natural reserva a ampliação da capacidade intervencionista da ONU, optaram, em certa medida, no debate na Assembleia Geral, por formulações cautelosas de apoio genérico à nova atuação das Nações Unidas. Os países em desenvolvimento defendem o respeito aos princípios da Carta, a preservação e a ampliação das prerrogativas da Assembleia Geral, a renúncia a métodos hegemônicos e discricionários de exercício do poder mundial e a democratização do processo decisório e dos mecanismos de representação vigentes nas Nações Unidas e, especificamente, no Conselho de Segurança.

Atualmente, fala-se muito na reforma da ONU, em contexto no qual é patente a obsolescência de sua estrutura, concebida em cenário mundial completamente diverso do atual, que reflete um arranjo entre os vencedores de um conflito terminado há quase 60 anos. A reforma tem três vertentes principais: estrutural, financeira e operacional. A reforma do Conselho de Segurança está precipuamente englobada no viés estrutural – aumento do número de membros permanentes e não-permanentes – e operacional: a alteração dos dispositivos que autorizam e regulam sua atuação.

O Conselho não representa mais a realidade da Organização, menos ainda, o cenário mundial e o contexto globalizado. A expansão das atribuições do órgão é necessária, bem como a revisão dos desequilíbrios em sua representatividade, a fim de evitar-se o agravamento de questionamentos a seu

respeito e o comprometimento da eficácia de suas ações. É preciso mais transparência de modo a sanar os *déficits* de representatividade, legitimidade e eficácia do órgão.

A reforma do Conselho tornaria o órgão mais democrático e representativo, possibilitando maior credibilidade no exercício de suas responsabilidades. Assim sendo, a ampliação deve ocorrer em ambas as categorias de membros, isto é, membros permanentes e rotativos. Além disso, deve cuidar-se para incluir países em desenvolvimento e desenvolvidos em ambas as categorias, com evidentes benefícios para o fortalecimento da natureza democrática, da transparência, da atuação e da responsabilidade do Conselho.

A eventual reforma do Conselho de Segurança angaria fortes simpatias do atual Secretário-Geral da Instituição, Kofi Annan, o qual acredita que a reforma das Nações Unidas não estaria completa sem a reforma do Conselho. Para Annan, o Conselho deve estar disposto de tal maneira que represente a nova realidade geopolítica do mundo atual. Em março de 2005, Annan apresentou dois modelos para a reforma das Nações Unidas a ser votada antes de setembro do mesmo ano. O primeiro modelo propõe a entrada de seis novos membros permanentes sem direito a veto e a criação de três novos assentos rotativos. O segundo não prevê a entrada de novos membros permanentes; entretanto, propõe a criação de nova categoria de membros rotativos com mandato renovável de quatro anos. De acordo com esse modelo, seriam criados oito assentos rotativos para a nova categoria e um para a já existente categoria de membro não-permanente e não-renovável, eleito para mandato de dois anos.

Por fim, a reforma da ONU, que adquiriu crescente importância após o fim da Guerra Fria, visa a acrescentar maior legitimidade ao Conselho de Segurança, com a inclusão de mais países em desenvolvimento. O Brasil apóia a reforma e sente-se preparado para colaborar. Possui histórico de tradição pacífica e de destaque em processos multilaterais, sendo, na expressão de Celso Lafer, um formador de consensos.



As Conseqüências do Déficit Democrático no Mercosul

Rodrigo Alves Correia*

Antes da crise atual, o Mercosul já enfrentava dificuldades. Entre os problemas principais para sua consolidação estavam a paridade entre o peso argentino e o dólar (o que com a desvalorização do Real em 1999 causou um grande desequilíbrio na balança comercial), e a insistência Argentina numa espécie de relação privilegiada com os EUA. A crise Argentina lhes mostrou que eles não podiam contar com os americanos como pensavam, desse modo, simultaneamente à desvalorização do peso em 2001, a “aliança” com os EUA também ruiu.

A crise Argentina era suficiente por si só para justificar a diminuição acentuada no volume do comércio entre nossos países, mas o Mercosul entrou em crise sob vários ângulos neste período. Esta crise afetou profundamente o orgulho argentino e os levou a um “fechamento” para a idéia de abertura de mercado de tipo liberal. Se sob Menem a Argentina foi um dos bastiões do neoliberalismo no mundo em desenvolvimento, hoje a idéia de abrir o mercado encontra profundas resistências, ainda no calor do sofrimento causado pela espetacular catástrofe causada pela adoção da política ortodoxa receitada pelo FMI e outras instituições internacionais.

Neste contexto o presidente Néstor Kirchner, da Argentina tem encontrado eco em sua política de enfrentamento a estas instituições e também às multinacionais, como foi recentemente o caso da Shell, que se viu acuada por um boicote convocado pelo próprio presidente argentino contra seus produtos, sendo então forçada a reduzir preços.

Esta tática tem sido importante para recuperar a auto-estima do povo argentino, que além de maltratado por uma crise econômica de magnitudes calamitosas passou pela humilhação sem precedentes

em sua história de ter sido incapaz de honrar seus compromissos financeiros assumidos e entrado em “default”. Kirchner, no entanto, tem feito uso desta estratégia com finalidades que dizem respeito a seus próprios interesses pessoais – eleitorais seria o termo mais correto.

Com a fragilidade econômica Argentina, as relações comerciais com o Brasil primeiro esfriaram, depois estremeeceram. O Brasil também passou a ser visto por alguns setores no país vizinho como um “inimigo”, causador de males sem fim à economia local, pois na medida em que a desarticulada e menos competitiva economia Argentina ainda sofre os efeitos da escassez de recursos para financiamento em função da impossibilidade de obter empréstimos no exterior, a concorrência com os produtos brasileiros é uma fonte adicional de preocupação para os produtores locais. É evidente a impossibilidade de se estabelecer uma concorrência direta entre as economias de Brasil e Argentina neste momento, e é urgente que se estabeleça uma política compensatória ou um mecanismo que corrija esta distorção, sob pena de se desarticular ainda mais os sofridos produtores argentinos.

O cerne da crise enfrentada pelo Mercosul está exatamente na dificuldade em se chegar a um consenso em relação a esta questão.

O governo brasileiro vem se comportando como um paladino do neoliberalismo em relação à Argentina, recusando-se sistematicamente a estabelecer tal mecanismo, insistindo na necessidade de se estabelecer a livre concorrência pura e simplesmente. Paradoxalmente, no entanto, a forma de proceder do governo Kirchner não tem colaborado muito para solucionar o impasse. O mesmo tom e

* Cientista Político, Mestrando Em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual de São Paulo, Campus de Marília. (alcartur@pop.com.br).

linguajar adotado por Kirchner no embate com o FMI tem sido aplicado ao Brasil, até o momento sem obter resultados. A falta de diplomacia deste governo em relação ao Brasil é de chamar a atenção, dado o grau de proximidade atingido até o momento na relação entre os dois países em função do processo de integração regional, e a atitude insensível do Brasil também causa-nos estranheza. Deveríamos estar atentos às causas de tal comportamento.

Como Kirchner obteve bons dividendos no embate com o FMI e as multinacionais, aparentemente resolveu adotar a estratégia de também “falar grosso” com o Brasil, porém, a inabilidade com que esta estratégia tem sido conduzida, afastou os dois países da solução do problema. O endurecimento da posição argentina em relação ao Brasil visa muito mais a elevação da popularidade de Kirchner em seu próprio país do que a obtenção de um mecanismo compensatório no Mercosul. Esse efeito é potencializado pela exaltação dos ânimos daqueles que se sentiram prejudicados pela concorrência brasileira em inúmeros setores. Os fabricantes de calçados, por exemplo,

promoveram várias demonstrações públicas de repúdio à concorrência brasileira.

Desse modo, o estágio atual das negociações do Mercosul não reflete os interesses das nações, mas tão somente interesses particularistas de setores econômicos muito distintos dos dois países, ou dos presidentes.

A falta de enraizamento institucional do Mercosul leva a que a atitude de poucos possa travar completamente um projeto que é de interesse do conjunto das populações envolvidas. Evidentemente há um déficit democrático no processo decisório deste bloco, que não era tão relevante anteriormente porque no processo de constituição do Mercosul, este expediente permitiu um rápido avanço nas negociações. Hoje, no entanto, a única saída para resolver o impasse é ampliar o espaço da discussão e o número de atores envolvidos. Além disso, o alcance da integração, que a rigor não precisaria se restringir apenas à área econômica, poderia permitir que o foco do debate seja ampliado. Não é novidade a idéia de que a solução dos problemas do Mercosul é mais Mercosul.



***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

Uma prova à capacidade negociadora brasileira: o caso dos têxteis chineses

Rodrigo Cintra*

Mariana Ricci**

A invasão de produtos chineses no mercado mundial tem prejudicado diversos países, e que agora ameaçam impor barreiras protecionistas caso o volume de exportações não se modifique. Esse é o caso do Brasil, que deve regulamentar nos próximos dias a imposição de salvaguardas para os produtos chineses que ameaçam a indústria nacional.

Em reunião entre os membros da Camex e Lula em maio, ficou decidido que o presidente assinaria dois decretos, um regulamentando as salvaguardas para produtos em geral (com duração até 2013) e outro exclusivo para têxteis (com duração até 2008).

Dia 23 de junho uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado tinha como pauta a proposta da FIESP em discutir o reconhecimento da China como uma economia de mercado. A falta de quorum por conta da reunião CPI dos Correios fez com que a reunião fosse adiada para o início do próximo semestre.

Mesmo com esse adiamento, o contencioso vem ganhando destaque na iniciativa privada e no governo. O objetivo da FIESP e dos senadores com essa audiência era discutir as reais conseqüências que as exportações chinesas apresentam, tanto para a produção nacional quanto para as exportações brasileiras.

Os possíveis impactos desse contencioso podem ser mais graves do que uma simples batalha comercial. A ameaça de impor barreiras não vem apenas do Brasil, sendo vista também nos EUA e Europa. A China, por sua vez, rebate com o endurecimento de sua posição para a liberalização dos

produtos agrícolas, principalmente nos fóruns multilaterais de comércio, como ocorre na OMC.

Caso a China confirme esse posicionamento mais duro, as negociações do G-20 serão bastante comprometidas. Sendo um importante membro do bloco, ao adotar um posicionamento contrário ao que vinha sendo defendido mostrará um enfraquecimento da posição do grupo nas negociações internacionais. Para o Brasil, líder do bloco, esta retaliação enfraqueceria todo o esforço diplomático que tem sido aplicado na Rodada Doha com bastante sucesso.

Porém o ponto mais sensível das relações comerciais entre China e Brasil está no fornecimento de soja, hoje a principal *commodity* de exportação do agronegócio brasileiro. A relação de dependência entre os dois países no que concerne à compra e venda de soja permite que a China tenha em suas importações uma moeda de troca para negociações comerciais, econômicas e políticas. De todo o volume de soja exportado pelo Brasil, 30% tem a China como destino.

É importante considerar os possíveis impactos para a sojicultura que resultarão da imposição de salvaguardas às importações de produtos chineses, especialmente os têxteis. A importância desta *commodity* para a balança comercial brasileira impede que a sua comercialização seja colocada em risco, ou negociada como moeda de troca; a manutenção da política econômica atual também depende da permanência ou crescimento das exportações do grão.

A diminuição dos carregamentos de soja brasileira para a China, fruto das super-safras americana e argentina, pode se agravar com a

* Diretor da Focus R.I. – Assessoria & Consultoria em Relações Internacionais e Vice-Presidente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira de São Paulo (ulhoacintra@gmail.com).

** Consultora da Focus R. I. – Assessoria & Consultoria em Relações Internacionais (www.focusri.com.br).

imposição das salvaguardas. A grande oferta do mercado possibilitará à China negociar em posição favorável com o Brasil, tanto em aspectos comerciais quanto políticos. Basta saber em qual deles o país está mais disposto a ceder.

A imposição da barreira será cautelosa. O Brasil procura sinalizar para a China que a salvaguarda

efetivamente só será adotada em último caso e após negociações. Com isso o governo procura acalmar os setores da economia prejudicados pelas exportações chinesas, e aqueles que poderão ser afetados com possíveis retaliações do país, a exemplo máximo da soja.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Resenha

Idéias que mudaram o mundo*

Paulo Roberto de Almeida**

A evolução, nas sociedades humanas, libertou-se dos constrangimentos do mundo natural e tornou-se essencialmente cultural ou mesmo, nos tempos atuais, basicamente tecnológica. Os seres humanos, eles mesmos, estão sendo mudados pelas técnicas de intervenção cromossômica e de manipulação genética (ou pelo menos existe capacidade potencial de fazê-lo). A despeito disso tudo, a humanidade continua a ser movida por sentimentos ancestrais, como o desejo sexual, o amor, o ódio, a vontade de poder e outros tantos impulsos mais ou menos nobres ou simplesmente mesquinhos.

Este livro, do conhecido historiador e professor na Universidade de Londres, identifica e explica quase duas centenas de idéias que influenciaram o destino da humanidade, desde 30 mil anos antes de nossa era até a atual era da incerteza. Atento em não parecer “ocidentalocêntrico”, o autor buscou em civilizações orientais conceitos e princípios que também se tornaram universais, mas ele reconhece que predominam as idéias ocidentais, pois são aquelas que moldaram o mundo tal como o conhecemos hoje. Também aceita que a maior parte das mudanças ocorridas no mundo tem origem intelectual e que as idéias são poderosos agentes transformadores. As idéias estão cronologicamente organizadas em sete partes, desigualmente distribuídas: o primeiro capítulo cobre vinte mil anos, na era dos caçadores primitivos, ao passo que os últimos dois séculos merecem um capítulo cada. Ainda assim, não devemos achar que só as idéias modernas são relevantes, pois a maior parte daquelas tidas hoje como importantes têm

origens antiqüíssimas. Como ele diz na introdução, “é humilhante para o homem moderno admitir que uma parcela tão grande de seu pensamento foi antecipada há muito tempo e que a modernidade antecipou pouquíssimo a nosso equipamento intelectual básico”.

A organização do livro permite uma leitura não-linear e cada página dupla que explora um conceito particular remete a outras idéias a ele vinculadas, assim como dá sugestões de leituras adicionais, geralmente de autores famosos. Verdade que nem todas são idéias, no entendimento habitual do termo, pois compõem hábitos ancestrais, como o canibalismo, ou práticas de governos que depois foram formalizadas por “filósofos morais”, como o mercantilismo. Ainda assim, o livro mapeia um conjunto impressionante de princípios norteadores de nossa época, tirados de todas as épocas e várias sociedades. Para os que crêem, por exemplo, que o capitalismo é uma noção tipicamente ocidental, desenvolvida nos últimos cinco séculos, vale conferir a defesa que o filósofo indiano fundador do jainismo, Mahavira, do século VI a.C., fez da criação de riqueza, estimando que o rico trabalha “para que muitos desfrutem dos seus ganhos”. Esse verbete remete tanto a Karl Marx, como a Milton Friedman e a Max Weber, cuja tese sobre “afinidades eletivas” entre capitalismo e protestantismo é considerada como “desacreditada”.

O livro começa por desmistificar a idéia de que “mentes primitivas” não possam ter idéias brilhantes, relativizando, portanto, a noção de progresso. Ele

* FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. *Idéias que mudaram o mundo* (São Paulo: Editora Arx, 2004, 400 p.)

** Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais (pralmeida@mac.com). As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

termina pela noção de aldeia global, ou seja, a idéia do pluralismo cultural, remetendo aqui ao pensador Isaiah Berlin, para quem existe uma “pluralidade de valores”, que são inúmeros mas não infinitos, o que difere do relativismo cultural. Os antiglobalizadores que lutam contra a dominação mundial do capital são contra o “pensamento único”, o que provavelmente

é inexecutável nos próprios quadros da sociedade capitalista, tendencialmente abrangente e, portanto, multiforme. Esta é a mensagem final do livro: “o pluralismo é obviamente o único futuro prático para um mundo multiforme. Talvez seja o único interesse uniforme que todos têm em comum”. Esta é a sociedade humana: unidade na diversidade.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br